

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 4



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-516-7 DOI 10.22533/at.ed.167190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DA SUA ADOÇÃO EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS	
Alexandre César Batista da Silva Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Luiz Carlos Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.1671906071	
CAPÍTULO 2	19
PERFIL DAS EXPORTAÇÕES PARANENSES DO COMPLEXO DE SOJA	
Jefferson Steve Canteno Torres	
DOI 10.22533/at.ed.1671906072	
CAPÍTULO 3	29
UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA <i>REQUEST FOR PROPOSAL</i> (RFP) NAS VENDAS DE UM HOTEL DE NEGÓCIOS	
Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Alexandre César Batista da Silva Giulia Cipolla Braulio Jeronymo José Libonati	
DOI 10.22533/at.ed.1671906073	
CAPÍTULO 4	44
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO COM SUPORTE DE UM <i>SOFTWARE</i> DE GESTÃO EM UMA EMPRESA DO AGRONEGÓCIO	
Sirnei César Kach Juliano Hammes Daiane Hammes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906074	
CAPÍTULO 5	57
A BARGANHA ENQUANTO DISCURSO: UM ESTUDO DO POSICIONAMENTO DOS BANQUEIROS SOBRE POLÍTICA MONETÁRIA.	
Rodolfo Palazzo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1671906075	
CAPÍTULO 6	73
A LEI 13.467/17, SUA (IN)ADEQUAÇÃO ÀS CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CONSEQUENTE PREJUÍZO À AÇÃO SINDICAL	
Rodrigo Rocha Gomes de Loiola Francisco José Rocha Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1671906076	

CAPÍTULO 7	80
ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, MINERAÇÃO E VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA, NO NEOLIBERALISMO	
Mercedes Castillo de Herrera	
Nubia Yaneth Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.1671906077	
CAPÍTULO 8	93
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO TURISMO: POTENCIALIDADES E LIMITES NA COSTA DO DESCOBRIMENTO	
Maiara Conceição Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1671906078	
CAPÍTULO 9	105
APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC	
Luiz Victor Pittella Siqueira	
Maristela Parise de Lima	
Julie Rossato Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906079	
CAPÍTULO 10	124
INSERÇÃO DE EGRESSOS DA PRISÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Roseni Inês Marconato Pinto	
Lenir Aparecida Mainardes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16719060710	
CAPÍTULO 11	136
EMPREENDEDORISMO FAMILIAR: COMO ESSE MODELO DE GESTÃO PODE AFETAR A EMPRESA	
Suzana Siebra Alves Campos	
Piedley Macedo Saraiva	
Evelinny Soares Batista	
DOI 10.22533/at.ed.16719060711	
CAPÍTULO 12	149
EMPREENDEDORISMO FEMININO: PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE MANHUAÇU-MG	
Lílian Beatriz Ferreira Longo	
Henrique da Silva Pinel	
Reginaldo Adriano de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
José Carlos de Souza	
Anandy Kassis de Faria Alvim Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060712	
CAPÍTULO 13	166
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO SOBRE FIDELIZAÇÃO COM MARCAS DE CAFÉ NA CIDADE DE MILAGRES-CE	
Rangiel Santos Bento Silva	
Márcia Maria Leite Lima	
DOI 10.22533/at.ed.16719060713	

CAPÍTULO 14	183
GESTÃO DA DIVERSIDADE OU AÇÃO AFIRMATIVA? UM ESTUDO SOBRE O GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL EM MANHUAÇU/MG	
Luan Patrick Reis Serafim Leite Lilian Beatriz Ferreira Longo	
DOI 10.22533/at.ed.16719060714	
CAPÍTULO 15	197
MOTIVAÇÃO E RECOMPENSAS: UMA INVESTIGAÇÃO COM BASE NAS TEORIAS DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES E DA EXPECTATIVA	
Larissa Carvalho Alves Adriano Victor Lopes da Silva Erika Maria Jamir de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.16719060715	
CAPÍTULO 16	209
O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA COOPERATIVA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO DE FRONTEIRA E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS: O CASO DA COTRIROSA	
Pedro Luís Büttendender Jaqueline Ledir De Conti Ariosto Sparemberger Giovana Fernandes Writzl Luciano Zamberlan	
DOI 10.22533/at.ed.16719060716	
CAPÍTULO 17	224
PESQUISA DE CAMPO PARA AVALIAR OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS COM A IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE SUL E A PLATAFORMA MULTIMODAL EM SANTA HELENA DE GOIÁS, 2016	
Estéverson Oliveira Lima Luis Carlos Ferreira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.16719060717	
CAPÍTULO 18	231
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA	
Elzamili Lima Brito Márcio Júnior Benassuly Barros Raoni Fernandes Azerêdo	
DOI 10.22533/at.ed.16719060718	
CAPÍTULO 19	243
REFLEXOS DO CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO NO PATRIMÔNIO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL A LUZ DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Mayure Cristina de Souza Oliveira Sabrina Pereira Uliana Pianzola Silvana Cristina dos Santos Monica de Oliveira Costa Farana de Oliveira Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.16719060719	

CAPÍTULO 20	267
A INFLUÊNCIA DO MARKETING DIGITAL NO PERFIL DE CONSUMO DA GERAÇÃO Y	
Piedley Macedo Saraiva	
Thallita Pâmela Pinho de Oliveira	
Julio Miguel Souza de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.16719060720	
CAPÍTULO 21	279
A INFLUÊNCIA DO MARKETING SENSORIAL NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA	
Gisele Sebastiana da Silva	
Reginaldo Adriano de Souza	
José Carlos de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
Anandy Kassis de Faria Alvim-Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060721	
CAPÍTULO 22	293
MARKETING DIGITAL: A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UM CANAL DE COMUNICAÇÃO NO VAREJO DE MODA DE BARBALHA-CE	
Piedley Macedo Saraiva	
Andre Luis Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.16719060722	
CAPÍTULO 23	310
O USO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA OS PRODUTOS TURÍSTICOS	
Milena Beatriz Silva Loubach	
Pollylian Assis Madeira	
Marcos Antônio Pereira Coelho	
Lucas Borcard Cancela	
DOI 10.22533/at.ed.16719060723	
SOBRE A ORGANIZADORA	323
ÍNDICE REMISSIVO	324

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, MINERAÇÃO E VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA, NO NEOLIBERALISMO

Mercedes Castillo de Herrera

Universidade Santo Tomás, Facultad de Ciencias
y Tecnologías
Bogotá, Colômbia

Nubia Yaneth Ruiz

Universidade Nacional da Colômbia,
Departamento de sociología
Bogotá, Colômbia

RESUMO: A acumulação por espoliação é uma prática que na Colômbia já deixou 8,3 milhões de hectares de terra espoliada ou abandonada pela força (7,27% do total), livres para o desenvolvimento de megaprojetos de infraestrutura, mega-mineração, pecuária extensiva e mega-monoculturas, bem como o deslocamento de cerca de sete milhões de pessoas -14% da população do país- e outro número muito alto, ainda não esclarecido, de pessoas desaparecidas. O conceito de acumulação por espoliação, ou por despossessão, foi profusamente divulgado por David Harvey nas duas últimas décadas como parte da sua tese sobre o novo imperialismo. Este conceito, que parte do de acumulação primitiva de Marx e tem sido objeto de grandes debates na tradição marxista, refere-se à violenta separação das pessoas dos seus meios de produção, à privatização e mercadorização até das florestas e a água, na

procura de aumentos de rentabilidade. Segundo Harvey, o que possibilita a acumulação por espoliação é o lançamento de um conjunto de ativos, a incluir a força de trabalho, que ciclicamente o capitalismo gera nas suas crises de sobreacumulação e dos ajustes espaço-temporais que surgem como formas de absorvê-los. O presente texto visa reconhecer as formas que essa acumulação por espoliação tem adotado na realidade colombiana e suas consequências, especificamente em relação à grande mineração, aos enormes movimentos de população, os passivos ambientais que afetam os moradores que resistem em seus territórios e os custos para a economia nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Acumulação por espoliação, mineração a grande escala, deslocamento, paramilitarismo, Colômbia

ACUMULATION BY DISPOSSESSION, MINING AND VIOLENCE IN COLOMBIA, IN NEOLIBERALISM

ABSTRACT: The accumulation by dispossession has been a practice that in Colombia has left about 8,3 thousand free hectares for the development of megaprojects of infrastructure, mega-mining, extensive cattle ranching and mega monocultures, as well as the displacement of near seven million people -

14% of the population of the country- and another very high number, but not yet clear, of missing persons. The concept of accumulation by dispossession has been profusely disseminated by David Harvey in the last two decades as part of his thesis on the new imperialism. This concept, which starts from the original accumulation of Marx and has been the subject of great debates in the Marxist tradition, refers to the violent separation of people from their means of production, to the privatization and commodification of forests and water, looking for profitability increases. According to Harvey, what makes accumulation by dispossession possible is the liberation of a set of assets, including labor power, that cyclically generates capitalism in its over-accumulation crises and the spatio-temporal adjustments that emerge as ways of absorbing them. The present text seeks to recognize the forms that this accumulation by dispossession has adopted in the Colombian reality and its consequences, specifically in relation to the great mining, the huge population movements, the environmental liabilities that affect the residents who resist in their territories and the costs for the national economy.

KEYWORDS: Accumulation by dispossession, large-scale mining, displacement, paramilitarism, Colombia

1 | INTRODUÇÃO

A acumulação por espoliação é uma prática que já deixou na América Latina vários milhões de hectares livres para o desenvolvimento de megaprojetos, mineração, pecuária extensiva e agronegócios, bem como o deslocamento de um grande número de comunidades, em alguns países mais do que noutros. Nas cidades, o espólio assumiu a forma de mercadorização de setores de cidade, através de projetos de renovação urbana e até mesmo de conservação patrimonial e melhoramento de bairros.

O conceito de acumulação por espoliação tem sido difundido profusamente por David Harvey nas duas últimas décadas como parte das suas teses sobre o novo imperialismo. Este conceito que parte do de acumulação primitiva de Marx e já foi objeto de grandes debates na tradição marxista, refere-se à separação violenta das pessoas dos seus meios de produção, à privatização, incluindo florestas, lagos, montanhas, mares e todo espaço vital para convertê-los em mercadorias que produzem alta rentabilidade. Adiciona este autor que o que possibilita a acumulação por espoliação é o lançamento de um conjunto de ativos, incluindo a força de trabalho a custos muito baixos ou sem custo, como acontece com a desregulamentação do trabalho e, acrescentamos nós, bem como à convivência frente à existência de escravos modernos. Harvey falou de certos ajustes espaço-temporais que surgem como formas para absorverem os excedentes de capital e força de trabalho que ciclicamente o capitalismo gera em suas crises de sobreacumulação e, se desvalorizações sistêmicas (e até mesmo a destruição) de capital e força de trabalho não ocorreram, outras maneiras de absorver esses excedentes devem ser encontradas.

O presente texto trata sobre as discussões teóricas em torno do conceito de acumulação por espoliação para passar a reconhecer algumas formas que essa acumulação tem adotado na realidade latino-americana bem como várias das suas consequências. Especificamente, em relação à mineração em grande escala, os megaprojetos de infraestrutura de transporte e energia e os agronegócios, causantes de enormes movimentos de população, passivos ambientais e a modificação dos sistemas de cidades que significaram a estagnação ou desaceleração das cidades principais de vários países e o acréscimo das cidades intermediárias localizadas justo no turbilhão destes processos económicos e político-sociais de grande acumulação por espoliação.

2 | BREVE INTRODUÇÃO ÀS DISCUSSÕES ENTRE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E NEOEXTRATIVISMO

Sobre o conceito de acumulação por espoliação e neoextrativismo tem havido discussões acaloradas na América Latina. Alguns dos pontos sobre os quais essa discussão girou, sem pretender fazer uma taxonomia, nem mesmo partir de um estado da arte, são os seguintes:

Uma primeira discussão é sobre o conceito de acumulação por espoliação. Como é sabido, David Harvey propõe esse conceito a partir da acumulação originária de Marx em seu livro *O Novo Imperialismo*. Ele argumentou que Marx havia mostrado como a liberalização mercantil promovida pelos liberais - e neoliberais - não produziria um estado de harmonia no qual todos estariam melhor, senão níveis mais altos de desigualdade social e tinha predito a crescente instabilidade que culminaria em crises crônicas de superacumulação, como têm-se vivido nas últimas décadas, no entanto, que

A desvantagem destes supostos é que relegam a acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência a uma “etapa originária” que deixa de ser considerada relevante, ou, como no caso de Luxemburgo, é vista como algo “exterior” ao sistema capitalista. Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas depredatórias de acumulação “primitiva” ou “originária” ao longo da geografia histórica da acumulação de capital é muito pertinente, tal como o assinalaram recentemente muitos analistas²³. Dado que denominar “primitivo” ou “originário” um processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” (Harvey, 2004, pp. 108 e 109)

De fato, Rosa Luxemburgo sinalou que os métodos violentos próprios da acumulação originária, no processo fundacional do sistema capitalista, aparecem de forma contínua, com a conivência dos Estados e apoiados por suas leis, como formas de acumulação por espoliação em territórios ainda não capitalistas e é reforçado durante as crises de sobreacumulação, como o caminho para superá-la. Considera que as duas formas da acumulação capitalista são estruturalmente inseparáveis, mas geograficamente diferenciadas, pois enquanto a reprodução estendida ocorre

dentro dos países com economias capitalistas maduras, o espólio acontece daqueles sobre as colônias ainda não totalmente capitalistas (Pérez e Composto, 2014).

David Harvey retoma a explicação de Luxemburgo para argumentar que os métodos de espólio descritos por Marx como acumulação primitiva ou originária de capital não são um processo genético, mas continuam ao longo da geografia histórica do capitalismo e, portanto, é ilógico seguir a chamar de originária. Em vez disso, sugere o conceito de acumulação por espólio para enfatizar não apenas seu carácter de permanente senão a sua condição de forma dominante atual, e que é demonstrado na mercadorização de âmbitos até então fechados para o mercado, como a própria natureza e o conhecimento e faz isso mediante um desfralde de formas legais ou ilegais. Essa mercadorização, e a privatização da produção pública de valores de uso, fazem parte dos ajustes espaço-temporais necessários no capitalismo para superar as crises de sobreacumulação e gerar aumentos na taxa de lucro.

Rhina Roux faz alguns esclarecimentos acertados aos nossos olhos. Ela disse que Marx chamou de “acumulação originária» os métodos empregados na gênese do capitalismo não para colocá-los no passado, mas distingui-los de aqueles que são resultado de sua ação como capital.

A diferença entre uns e outros não residia em sua localização no tempo, mas em determinações formais: era a diferença entre a transformação do dinheiro em capital e o movimento do capital como dinheiro, entre a espoliação como pressuposto do capital e a espoliação como resultado de sua existência, entre a acumulação de dinheiro e a acumulação capitalista, entre o ponto de partida do capital e o capital como ponto de partida. (2007, p.4 tradução própria)

Roux chega à conclusão, após um estudo aprofundado das obras de Marx, que a acumulação original não foi uma mera digressão histórica em sua fala, mas “um passo obrigatório em sua arquitetura teórica e conceitual”, pois considerou que a história da “acumulação originária”, bem como o desdobramento do capital que representava como uma espiral ascendente, repetia-se uma e outra vez, exponencialmente como momento constitutivo do capital e, portanto, contida em seu conceito (Roux, 2007, p.6).

Uma segunda discussão é colocada por Gudynas respeito da novidade do termo.

O problema da acumulação por espoliação, popularizado por Harvey, como apropriação capitalista dos recursos naturais ou do trabalho, em suas ideias básicas havia sido levantado anteriormente. Na América Latina temos uma longa e triste história da enorme apropriação massiva de nossos recursos ou da espoliação de indígenas e camponeses para alimentar corporações e governos em outros continentes. Também temos muitos pensadores, militantes e acadêmicos que, cada um a seu modo, pelo menos no último século, sustentaram essencialmente essas ideias. Apenas como exemplo vêm à minha memória rapidamente as reflexões que fizeram várias décadas atrás Mario Arrubla na Colômbia, René Zavaleta Mercado na Bolívia, Ruy Mauro Marini do Brasil ou Fernando Velasco Abad do Equador. Independentemente das posições que podem ser realizadas hoje perante desses e de outros autores, meu ponto é que **há uma biblioteca muito rica de latino-americanos que é sempre negligenciada** (Gydunas, 2015,

Gudynas propõe, junto com outros autores, o conceito de extrativismo, ou neo-extrativismo, que diferencia de extrativismo progressista. Assim, define extrativismo como o conjunto de atividades econômicas baseadas na exploração de bens comuns naturais que, sem qualquer ou muito pouco processamento, são comercializados no mercado mundial, cuja característica principal é a exportação em grandes volumes (incluindo a chamada “mochila ecológica”) ou a alta intensidade (com efeitos como ecotoxicidade, geração de poluentes, uso de substâncias tóxicas ou de explosivos etc.) (em Seoane, Taddei y Algranati, 2013) e que os bens extraídos são considerados não renováveis, tal como o petróleo, gás ou minerais. Esclarece que as etapas incluídas no extrativismo variam desde ações de exploração, descoberta, etc. até os estágios posteriores como encerramento e abandono dos locais de apropriação e destaca que uma definição de extrativismo deve sempre estar ciente do vínculo íntimo com as mobilizações cidadãs como maneira de diferenciá-lo da exploração de escala local com impactos reduzidos sobre o meio-ambiente. Svampa (2012) já havia observado que as atividades extrativistas têm em comum a escala dos projetos (atividades de tipo “capital-intensiva”), o carácter dos atores envolvidos (corporações transacionais) e as consequências para a atividade produtiva (fortalecem “enclaves de exportação” e são consolidados sob um “Consenso das Commodities”, ou seja, a exportação de mercadorias “sem valor agregado”).

Vega Cantor argumenta que, embora o extrativismo tenha sido circunscrito apenas à mineração, abrange quase todas as atividades econômicas, desde o plantio de flores, pois quando as flores são levadas para o mercado norte-americano ou europeu, a água virtual da Sabana de Bogotá e o produto da força de trabalho dos milhares de mulheres que trabalham em condições vergonhosas são levados também. E com Novoa lembra que uma das principais armas econômicas de dominação do capitalismo contemporâneo é o livre comércio, impulsionado pelo Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio, através da imposição de planos de ajuste estrutural que levaram à desindustrialização dos países, a reprimarização da economia e o estímulo às exportações, além da flexibilidade trabalhista que só aumenta os lucros das multinacionais, a destruição dos ecossistemas e da biodiversidade, a “troca ecológica desigual” dentro da qual podemos incluir a base genética natural das florestas tropicais, páramos e mangues para o desenvolvimento da engenharia genética e biotecnologia e a exportação de resíduos tóxicos.

Grigera e Álvarez (2013) apontam que a forma de exploração da mineração foi transformada da tradicional “mineração de sumidouros” para a mineração a “céu aberto”, com novas tecnologias; da agricultura de processos ou alimentar, que mantém uma lógica produtiva baseada fundamentalmente em processos naturais, ciclos orgânicos com baixo insumo de agroquímicos, uso de mão-de-obra familiar e organização e uso de cooperativas, para agroindústrias; que se juntam à exploração

de petróleo ou urânio em larga escala.

Mas a diferença principal para os autores é que as novas atividades extrativistas configuram um modelo, o extrativo exportador, que reúne um conjunto de características identificadas por Giarracca e Teubal (2010, em Grigera e Álvarez, 2013), tais como alto consumo de recursos não renováveis; realização numa escala de produção muito maior do que nas suas formas tradicionais; utilização de “tecnologias de ponta” -que facilita a grande escala- enquanto a produção tradicional é mais artesanal; que ao depender de certos recursos naturais, tem uma “localização territorial” determinada; ter sido impulsionadas durante o neoliberalismo econômico; gerar muito valor de troca para grandes empresas (geralmente transnacionais) e pouco valor de uso para as comunidades onde estão instaladas e estar ligadas aos interesses de grandes corporações que controlam setores fundamentais relacionados com a própria atividade. Além, produzir deslocamento de trabalhadores rurais e camponeses para a agroindústria, como “colonos circundantes”, no caso das monoculturas; ser orientadas basicamente à exportação e, portanto, não contribuir na solução de necessidades internas. Em vez disso, atribui-se a eles maior conflitualidade que a desencadeada por atividades tradicionais e, por fim, não ser essenciais para a vida das comunidades, nem de ninguém e ainda ser muito atraente como destino de investimento pela alta rentabilidade que geram. Ambos têm em comum que tanto o velho extrativismo quanto o novo tem se desenvolvido nos nossos países por meio de “economias de enclave”, assim chamadas por estabelecer pouca ou nula relação com o resto da economia nacional, já que os insumos e tecnologias são importados, uma proporção significativa da sua equipe técnica é estrangeira e, em contrapartida, não nutrem as cadeias industriais nacionais (Gudynas, 2013), nem os impostos no país e os royalties que pagam são muito pequenos.

3 | NEOEXTRATIVISMO E ESPOLIAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Na Colômbia, com a implantação do neoliberalismo, intensificou a investida expansionista do capital transnacional e nacional na que nosso subcontinente tem sido epicentro dos ajustes espaço-temporais em que comunidades pobres são espoliadas do pouco que tem para sobreviver. O desenvolvimento predatório neoliberal reflete-se numa franca rapina extrativista e de agronegócios, de construção de megaprojetos de infraestrutura para criar as condições da maior exploração e exportação de recursos naturais e energéticos para o mercado mundial, em um aumento das exportações de os países latino-americanos para Estados Unidos, Europa e mais recentemente Japão e China, sem o crescimento correspondente, mas, pelo contrario, um empobrecimento da população na maioria dos países, sobretudo nas regiões onde a exploração mineira ocorre, um enfraquecimento, se não a destruição da base industrial e o aumento da dívida externa.

Da mesma forma, esses processos extrativistas tem se desenvolvido mediante o atropelamento às comunidades e a violação sistemática dos direitos humanos das populações mais vulneráveis, como camponeses tradicionais, afrodescendentes, indígenas, violando também os princípios básicos dos Estados Democráticos de Direito.

Com o discurso do desenvolvimento, na última década do século passado, as mineradoras transnacionais entraram e apoderaram-se de boa parte de América Latina, desde os países tradicionalmente mineiros como o Brasil, Peru e Chile, tanto nas regiões mineiras como naquelas com outra vocação, até os países não mineiros, monopolizando terras, deslocando populações, destruindo fontes hídricas e acabando com a biodiversidade. A mineração expandiu-se territorialmente afetando cada vez mais ecossistemas como páramos, as lagoas alto andinas, as cabeceiras das bacias, a Amazônia ou as geleiras (Equipe OCMAL, 2015).

... o investimento em projetos de exploração em mineração na América Latina é a maior do mundo, respondendo por 32% do total, seguido pela Oceania com 20% de participação; África com 16%; Ásia com 13%; América do Norte com 12% e finalmente a Europa com 7%. Por sua vez, Chile, Brasil e Peru são os países que investem mais dinheiro na exploração de recursos minerais. (Comisión para el diálogo con los pueblos indígenas de México, 2014, p. 11).

Esses investimentos ocorreram nos contextos diferentes de cada país e em cada momento ao longo das quase três décadas de expansão, porque enquanto na década de noventa havia uma situação mais homogênea na região na que imperavam códigos mineiros aberturistas, atualmente os cenários são bastante diferenciados. Por um lado, há os países onde continua a se desenvolver a exploração mineiro-energética sob os ditames das políticas liberais do consenso de Washington e sob o domínio e controle predominante dos grandes consórcios e empresas transnacionais, como a Colômbia e o Peru. Nestes países, as empresas mineradoras desenvolvem suas atividades em um cenário de desregulamentação aberta e os Estados têm mínima presença e controle da expansão extrativa. Por outro lado, é o grupo de países com os nomeados governos progressistas que, embora com diferenças e nuances, promovendo um maior controle dos recursos naturais desde o Estado através da implementação de políticas pós-neoliberais e apostando no controle das rendas extrativas para redistribuir excedentes como Venezuela, Bolívia, Equador, Brasil, Argentina, El Salvador e Uruguay (Ocmal, 2016). No entanto, existe um fator comum a todos os países como são os problemas sociais e ambientais que afetam, sobretudo, a grupos humanos vulneráveis.

De fato, ao aceitar as políticas neoliberais e ao assinar os acordos de livre comércio, os países latino-americanos entraram plenamente na mineração, seguindo o receituário do Banco Mundial para reduzir impostos e royalties e flexibilizar o trabalho, como chave para atrair investimento estrangeiro, após estabelecer reformas tributárias regressivas e trabalhistas, a tal ponto que “Peru, Guatemala e Honduras tem o nível mais baixo de pagamento de royalties no mundo, o México, nem sequer

os cobra” (Comisión para el diálogo con los pueblos indígenas de México, 2014, p. 18) e a Colômbia faz tanta dedução que “para cada 100 pesos que o Estado recebe de lucros da mineração a grande escala, retorna para empresas 120 pesos em isenções fiscais”, como demonstrado pela Contraloría General de la República no livro *Mineração na Colômbia. Direitos, políticas públicas e governança*. “No caso da Guatemala a quantidade de royalties de uma única companhia mineradora ultrapassou o gasto total do país em infraestrutura de saúde” (Comisión para el diálogo con los pueblos indígenas de México, 2014, p. 18). Enquanto isso, os países anfitriões das empresas transnacionais de mineração protegem e cuidam de seus próprios territórios com royalties do que foi extraído na América Latina.

A Austrália planeja taxar o setor (mineração) em mais de 75 bilhões de dólares nesta década para financiar a infraestrutura do país e o Canadá recebe mais de 50 bilhões para as operações de suas empresas no exterior. Enquanto isso, o Estado argentino, se tem sorte, salvará as geleiras, cobrará um magro royalty de 3% no local da mina e por passivos ambientais futuros, tudo bem, obrigado. (Nicolás Gutman en Blanca, s.f., p. 18)

Após as promessas das multinacionais, as comunidades não esperavam grandes riquezas, apenas que a exploração a céu aberto das minas melhorasse as condições de vida de seus territórios empobrecidos e pudesse lhes oferecer emprego estável ou a possibilidade de geração de alguma renda, bom atendimento médico, construção de escolas (noalamina.org, 2014) e vias de acesso, respeito por sua cultura e uma vida digna. O que conseguiram em troca foi o deslocamento dos locais que moravam; assassinato dos líderes; realocações em condições de grande precariedade, desconsideração da cultura e tradições das comunidades; projetos de exploração que desconhecem as decisões comunitárias ou não fazem consultas prévias; mudanças no uso de solo e nas formas de propriedade; destruição dos meios de sustento; atropelamento às comunidades tradicionais e deterioro ambiental.

Em relação à criação de emprego, pode-se dizer que

No Peru, a mineração em grande escala emprega pouco mais de 75.000 pessoas, que representam cerca de 0,9% da população economicamente ativa (PEA) do país. No Chile, emprega cerca de 78.000 pessoas, 1,4% da PEA, e no Brasil 91.000 pessoas, cerca de 0,1% da PEA” (Olca, 2005)

Os departamentos e províncias onde a mineração é desenvolvida apresentam os mais altos níveis de pobreza no subcontinente. No Peru, por exemplo, Cajamarca, onde está localizada a Mineradora Yanacocha que contribui com cerca de 10% das exportações do país, é o quinto departamento mais pobre, com 52,4% da sua população vivendo na pobreza e 20,8% na pobreza extrema, segundo dados de INEI para 2017. Na Colômbia, La Guajira, onde está localizado El Cerrejón, a maior mina a céu aberto do mundo que fornece ao mercado internacional 33% do carvão térmico, é o segundo departamento mais pobre do país, com 52,6% pessoas em condição de pobreza e 26,5% em condição de pobreza extrema em 2017, segundo informações do DANE. Carajás, localizado ao norte do Brasil, nos estados de Pará e Maranhão, é

atualmente o maior complexo de extração de ferro do mundo, com a contribuição ao PIB que mais cresceu durante 2012, no entanto Maranhão é o estado brasileiro com maior porcentagem de pessoas em condição de pobreza (54,1%), segundo dados do IBGE para o mesmo 2017, e o segundo valor mais baixo do país no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), segundo Pnud (O Globo, 2014). Estes exemplos ilustram uma realidade que é vivenciada em toda a América Latina.

Outro fator que impacta às comunidades é o uso monumental de água pelas operações de mineração, usando água dos camponeses e comunidades tradicionais, competindo com os produtores agropecuários e destruindo as reservas da biosfera e as fábricas de água como páramos e geleiras, sem que as transnacionais assumam o dano. E uma vez usada a água é descartada contaminando águas subterrâneas e rios com cianeto e mercúrio, com ácido sulfúrico, cádmio y outros elementos que já foram encontrados no sangue de pessoas e animais, causando-lhes doenças, malformações a até a morte. Mesmo é produzido outro tipo de poluição, como partículas suspensas que caem sobre corpos de água e vegetação, impedindo-as de crescer ou o barulho das explosões que expõem a fauna nativa. As transnacionais também não assumem estas afetações.

Por estas razões, a expansão extrativa gera conflitos territoriais, além do fato de que “não há mineração sem o controle de grandes áreas de terra e sem o controle dos recursos hídricos e outros ativos naturais, que antes da mineração era gerenciado pelas populações agora ameaçadas por esta atividade” (Censat, 2014). A área com título de mineração na Colômbia é de 8,53 milhões de hectares, segundo a Minminas; no México, são 36 milhões de hectares, o equivalente a 20% do território nacional.

O Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina, OCMAL, e OLCA registraram 222 projetos de mineração que estão envolvidos em conflitos que afetam 320 comunidades. Destes, 38 estão localizados no Peru; 37 no México; 36 no Chile; 26 na Argentina, 20 no Brasil e 13 na Colômbia.

No Equador e na Bolívia, o movimento indígena denuncia que importantes disposições constitucionais como os que definem os direitos da natureza ou o direito à consulta prévia livre e informada, estão sendo revistos e objetados por leis específicas, tais como a de mineração e a de recursos hídricos (Equador) e a do Órgão Eleitoral Plurinacional (Bolívia). Na Venezuela, é relatado que alguns estados, como Zulia, “tornaram-se uma área de sacrifício minerado petrolero” [3] e na Argentina projetos do tamanho como a Pascua Lama afetando uma área inteira de geleiras é questionada. No Brasil, o gerenciamento de grandes investimentos em áreas sensíveis como a Amazônia e a flexibilização das normas ambientais levaram a crises políticas, como a que terminou com a renúncia da então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no primeiro governo do presidente Lula da Silva

No Peru e na Colômbia, os conflitos ambientais ligados ao setor extrativo continuaram a aumentar em número e intensidade. Em ambos os países o compromisso de seus governos continua forte com a chamada de locomotiva mineira e tem como objetivo realizar uma longa lista de novos projetos de

4 | IMPLANTAÇÃO VIOLENTA DO MODELO NEOLIBERAL NA COLÔMBIA

Após trinta anos de implantação do modelo neoliberal no país, em que se aguçaram os postulados do livre mercado, a desregulamentação da economia, o reforço da presença de grandes multinacionais na economia interna do país por meio de novas formas de IED e a assinatura e implementação de acordos de livre comércio, ALC, entre outras medidas de natureza política e econômica, as consequências que trouxe para a Colômbia foram nefastas, por exemplo, a arremetida da violência paramilitar e o endurecimento do conflito armado, a aceleração da acumulação econômica, o despovoamento do campo e a concentração da população cada vez mais pobre nas áreas urbanas, entre outros.

Jorge Robledo (2007) resume as consequências em três grandes blocos: a destruição do aparelho produtivo nacional; o crescimento desmedido da dívida externa nacional e a entrega dos recursos ao capital estrangeiro. A primeira é evidente em uma balança comercial deficitária na que houve em 2014 um déficit de US\$ 6.292 milhões FOB e em 2015 foi de US\$ 15.907 milhões FOB, segundo dados do DANE. O país tem se consolidado como importador líquido de produtos acabados e perdeu a capacidade como produtor e a competitividade em relação a produtos importados que lotaram o mercado interno e contribuíram para o desastre nacional agropecuário e industrial.

A segunda consequência é evidente na evolução da dívida externa que passa de 26 mil milhões de dólares em 1995 para 131.744 milhões de dólares para 2018 (equivalente a 39,6% do PIB). Estes dados compilados pelo Banco da República mostram conclusivamente o processo de endividamento a que foi submetido o país; é a partir de 2006 quando a curva ascendente do endividamento tem um crescimento exponencial a um ritmo de mais de 200% nos últimos 12 anos.

E a terceira e mais notável das consequências é o acréscimo do Investimento Estrangeiro Direto. Os capitais que entraram no país através do IED nos últimos 20 anos apresentam uma forte evolução ascendente. Para o 2013 a IED foi de 16.200 milhões de dólares, enquanto para 1994 foi de 1.446 milhões de dólares, registrando um crescimento de mais de mil vezes durante esse período. A direcionalidade do referido IED também variou a favor do investimento na indústria extrativa; em 2012, 50% foi para o setor, com queda expressiva em outros setores, em linha com a política de reprimarização econômica, parte fundamental da política econômica nacional. Percentual este investimento vem a aumentar seu volume no setor de mineração e energia, desencorajando outros setores (primários, secundários e de serviços).

5 | AS FORMAS DA ESPOLIAÇÃO ADOTADAS PELA MINERAÇÃO NA COLÔMBIA

Na Colômbia têm usado diversos mecanismos para concretar a desapropriação de terras, um deles é o abandono forçado de culturas, propriedades e terras a que as comunidades são obrigadas por ameaça direta à sua vida, perseguições, assassinatos seletivos e massacres, crimes de lesa humanidade que já afetaram mais de oito milhões de pessoas e que permaneceram, até hoje, em total impunidade mesmo após a confissão dos perpetradores. No abandono forçado, as comunidades que tentaram voltar encontraram novas ameaças a suas vidas, ou que as terras mudaram drasticamente em uso e tem outros donos, mesmo com uma ação pública.

Outro mecanismo tem sido a despossessão jurídica, casos nos que através de documentos públicos a propriedade é transferida ilegalmente, por meio de coação, constrangimento, falsidade, falsificação de identidade, etc., ou a despossessão material, casos nos que não há uma transferência jurídica do domínio, mas de fato, através do constrangimento ou do deslocamento forçado, obriga-se a abandonar o fundo ou é ocupado contra a vontade do proprietário. Os mecanismos mais recorrentes encontrados são

- Vendas forçadas, aquelas realizadas pelo dono de uma propriedade sob pressão.
- Vendas por um preço injustamente menor do que a coisa que é comprada, aproveitando a situação de vulnerabilidade do vendedor. Na Colômbia tornou-se comum para os paramilitares forçar a venda dizendo para o dono que se ele não vendesse por esse preço, a viúva venderia.
- Falsificação de identidade, quando uma pessoa finge ser o proprietário que deseja vender e assim assinar uma escritura de transferência de domínio. No contexto de um conflito armado, como o caso colombiano, as terras abandonadas são vendidas posteriormente por uma pessoa que não é a proprietária original. Na Argentina, surgiram donos que conseguiram expulsar e acusar às famílias camponesas de usurpação e os integrantes das organizações que as agrupam, de formar associações ilícitas.
- Assedio e sitio, já seja produtivo ou ambiental, conforme documentado em Salta e El Chaco (Argentina) o cerco, como aconteceu em La Guajira onde a transnacional El Cerrejón comprou terras em torno de uma comunidade e privatizou a estrada, impedindo-os de entrar e sair de suas moradias.
- Falsidade em documento público, que são os títulos de domínio
- Espoliação massiva por transferência de domínio, quando uma mesma pessoa jurídica adquire para si, grande quantidade de propriedades rurais localizados em áreas de deslocamento forçado, sem autorização para alienar do respectivo Comitê.
- Escritórios paralelos para emissão de escrituras ou resoluções.
- Extensão da área de terra através de declarações extrajudiciais, quando o dono da terra através de declarações perante notário ou juiz, aumenta sem base jurídica nem apoio da entidade competente, a área do sitio inicialmente

referido no primeiro título com que adquiriu a propriedade.

- Aumento da área através de compra-vendas sucessivas ou aumento da área em terras desocupadas através da expansão sobre bens comuns.
- Destruição de títulos aquisitivos de domínio, visando apagar a história jurídica do imóvel, consagrada nos fólios de matrícula imobiliária.
- Os grupos humanos e setores sociais mais afetados são aqueles com formas mais precárias de posse da terra, sem título de propriedade, ou em regiões mal consolidadas sem registros prediais feitos, ou onde as organizações sociais são fracas, ou há situações ilegais como cultivos ilícitos.

6 | RESISTÊNCIA DAS POPULAÇÕES DIRETAMENTE AFETADAS

A resposta dos povoadores a essa depredação dos territórios é a oposição e resistência, apesar das gravíssimas violações de direitos humanos que ocorreram no país. No campo há valiosas experiências de organização camponesa e de trabalho comunitário, como a Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra, com propostas de desenvolvimento regional com bem-estar social e gestão sustentável da natureza no Magdalena Médio.

Em torno da mineração e os hidrocarbonetos tem se levantado consultas populares que, apesar da contundência da resposta das comunidades, ficaram negligenciadas pelo Estado aduzindo que tais consultas são consultivas em vez de não decisórias. Em total são 47 municípios do país nos que “a continuidade dos projetos seriam definidos pelas sondagens, levando em conta que a Corte Constitucional julgou que os entes territoriais si podem proibir a mineração” (eltiempo.com, 2014). Do outro lado estão o Estado e o grande capital transnacional que apenas procuram garantir a exploração dos recursos embora preservar natureza e a biodiversidade esteja em jogo. O grande capital reclama da instabilidade jurídica no país e o Ministério de Minas é rápido para argumentar que corresponde à Nação e não às regiões a responsável pela gestão dos recursos naturais do subsolo, por tanto, as consultas não tem capacidade para mudar a lei; o Procurador Geral expressa preocupação de que as consultas populares ameacem se generalizar e enfraquecer a confiança dos investidores e o Ministério do Interior promete regulamentá-las para impedir os projetos de mineração e energia de parar.

Ao mesmo tempo, as forças militares reprimem as manifestações camponesas, das comunidades afro e dos povos indígenas, independentemente dos acordos de Havana a esse respeito.

De fontes oficiais como a Defensoría del Pueblo de Colombia, foi apontado que a polícia antinarcóticos seria o suposto autor de um massacre de 9 pessoas na vereda Porto Rico, departamento de Nariño (Censat, 2017).

7 | CONCLUSÕES

A Colômbia enfrenta hoje o fim de uma parte do conflito armado e, por sua vez, se envolve em intensos confrontos sociais, devido às grandes desigualdades econômicas, territoriais e sociais que são estruturais e que não se percebe no ambiente político governamental a solução; pelo contrário, aprofundam-se as crises econômicas derivadas da crescente dependência, do processo de transnacionalização da economia, da existência de forças paramilitares e da ausência de condições reais que garantam a participação política da população.

REFERENCIAS

Censat (2017). **Indignación y repudio ante masacre y asesinatos contra luchadoras/es sociales en Colombia**. Octubre 11 de 2017. Disponível em <http://censat.org/es/noticias/indignacion-y-repudio-ante-masacre-y-asesinatos-contra-luchadoras-es-sociales-en-colombia-declaracion-amigos-de-la-tierra>

Gudynas, Eduardo (2013). **Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales**. Claes.

Gudynas, Eduardo (2015). **Debate Gudynas/Harvey: La necesidad de romper con un “colonialismo simpático”**. Fundación Rosa Luxemburgo

Harvey, D. (2004). **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf

Ocmal (2016). **Las tendencias de la inversión minera a nivel mundial y el caso de América Latina**. Disponível em <http://www.conflictosmineros.net/noticias/3-latinoamerica/19096-las-tendencias-de-la-inversion-minera-a-nivel-mundial-y-el-caso-de-america-latina>

O Globo (2014). **Maranhão é o estado com a maior proporção de miseráveis do país**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/maranhao-o-estado-com-maior-proporcao-de-miseraveis-do-pais-11271446> Pérez e Composto, (2014).

Roux, Rhina (2007). **Marx y la cuestión del despojo. Claves teóricas para iluminar un cambio de época**. Revista Herramienta N° 38. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-38/marx-y-la-cuestion-del-despojo-claves-teoricas-para-iluminar-un-cambio-de-e>

Seoane, José; Taddei, Emilio y Algranati, Clara (2013). **Extractivismo, despojo y crisis climática. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América**. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, Editorial El Colectivo y GEAL.

Vega, Renán (2012). **Colombia, un ejemplo contemporáneo de acumulación por desposesión**. Revista Theomai 26. Segundo semestre de 2012 Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 20, 27, 132, 182

C

Consumidor 2, 5, 166, 170, 171, 172, 181, 182, 268, 279

Cooperativa 118, 123, 201, 213, 215, 216, 222, 223, 265

E

Economia 17, 19, 27, 28, 71, 104, 118, 122, 123, 196, 222

Empreendedorismo feminino 149, 164, 165

Espoliação 90

Exportações 19, 23, 27

F

Ferrovia 224, 225, 226, 227, 228, 230

G

Gestão da diversidade 185, 194

I

Impactos tributários 1, 13

Incorporações imobiliárias 4, 18

M

Marketing digital 268, 271, 296, 297, 322

Marketing sensorial 292

Mineração 87, 97

P

Patrimônio de afetação 1, 5, 18

Planejamento 44, 45, 46, 55, 56, 97, 103, 164, 265, 271

Política monetária 70

R

Renda 119, 224, 305

Request for proposal 30, 33, 43

S

Soja 19, 27, 228

T

Tecnologia 32, 95, 97, 132, 196, 267, 309, 310, 312, 322

Trabalho 55, 56, 73, 74, 75, 77, 79, 95, 105, 106, 117, 126, 132, 133, 134, 164, 182, 193, 194, 195, 196, 215, 222, 240, 322

Turismo 100, 103, 104, 165, 215, 310, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 321, 322

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-516-7



9 788572 475167